

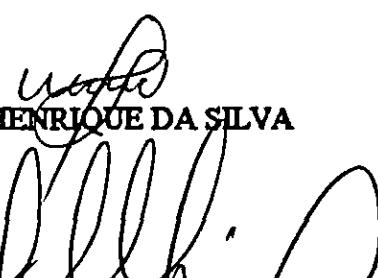
**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

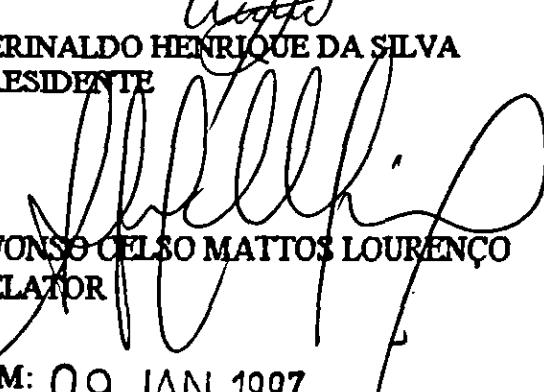
**PROCESSO N°:** 10950/002.824/92-11  
**RECURSO N°:** 108.759  
**MATÉRIA :** IRPJ - EXS: DE 1988 e 1989  
**RECORRENTE:** ROMAGNOLE-PRODUTOS ELÉTRICOS LTDA. (SUCESSORA INDÚSTRIA DE TRANSFORMADORES ROMAGNOLE LTDA).  
**RECORRIDA:** DRF em MARINGÁ - PR.  
**SESSÃO DE:** 03 DE DEZEMBRO DE 1996.  
**ACÓRDÃO N°:** 105-10.956

**COMPENSAÇÃO INDEVIDA DE PREJUÍZO FISCAL** - Legítima é a glosa de prejuízo compensado na declaração de rendimentos, quando já compensados com receitas omitidas apuradas em ação fiscal anterior.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ROMAGNOLE-PRODUTOS ELÉTRICOS LTDA. (SUCESSORA INDÚSTRIA DE TRANSFORMADORES ROMAGNOLE LTDA).

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar suscitada e, no mérito, dar provimento parcial ao recurso, para excluir da exigência o encargo da TRD relativo ao período de fevereiro a julho/91, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

  
VERINALDO HENRIQUE DA SILVA  
PRESIDENTE

  
AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO  
RELATOR

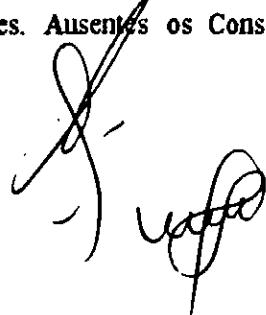
FORMALIZADO EM: 09 JAN 1997

MINISTERIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO N° 10950/002.824/92-11

ACÓRDÃO N° 105-10.956

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: Jorge Ponsoni Anorozo, José Carlos Passuello, Nilton Pess. Charles Pereira Nunes. Ausentes os Conselheiros Victor Wolszczak, Gilberto Gilberti.



MINISTERIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO N° 10950/002.824/92-11

ACÓRDÃO N° 105-10.956

RECURSO N°: 108.759

RECORRENTE: ROMAGNOLE-PRODUTOS ELÉTRICOS LTDA. (SUCESSORA DE  
INDÚSTRIA DE TRANSFORMADORES ROMAGNOLE LTDA).

## RELATÓRIO

ROMAGNOLE-PRODUTOS ELÉTRICOS LTDA. (SUCESSORA DE INDÚSTRIA DE TRANSFORMADORES ROMAGNOLE LTDA), teve contra si a lavratura do Auto de Infração de fls. 12, em decorrência da fiscalização ter apurado compensação indevida de prejuízo fiscal, face a retificação do prejuízo declarado em 31.12.87, ocasionada pelo lançamento das infrações apuradas no ano-base de 1987, descritas no processo nº 10950-002.822/92-96, a saber:

1 - OMISSÕES DE RECEITAS, caracterizada pela existência de passivo fictício;

2 - OMISSÃO DE RECEITAS, caracterizada por suprimento de numerário não comprovado.

Tempestivamente, a autuada, apresentou impugnação às fls. 26/33, alegando, em síntese, que:

- inicialmente, discorre sobre os fatos objetos da autuação, impugnando-os integralmente.

- preliminarmente, argui nulidade da autuação, por ausência da infração imputada, alegando estar fundada em fatos ocorridos em 1986 e anistiados pelo Decreto-lei nº 2.303/86, denunciados e tributados à alíquota de

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO N° 10950/002.824/92-11  
ACÓRDÃO N° 105-10.956

3%, e integrantes do patrimônio dos sócios quotistas, utilizados em 1987 para aumento de capital das empresas.

- argui ainda, nulidade do feito fiscal no que pertine à indevida cobrança da TRD sobre tributo, a título de juros de mora, por absoluta constitucionalidade do artigo 3º, I da Lei nº 8.218/91.

- que os juros de mora pretendido, superou e, muito os juros constitucionalmente limitado em 1% ao mês.

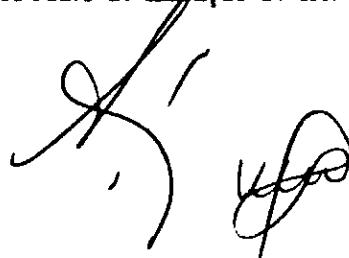
- no mérito, ratifica o inteiro teor da peça impugnatória apresentada no processo nº 10950-002.822/92-96, por versar sobre idêntica matéria, fazendo suas as razões nelas contidas, por ser parte integrante e indissociável do petitório.

- que a única diferença é que naquele exige-se a multa regulamentar e neste exige-se o tributo, multa e juros em virtude de compensação indevida de prejuízo fiscal.

- houve informação fiscal às fls. 194/200, opinando pela manutenção integral da base tributável.

- a autoridade singular, através da decisão de fls. 219/222, julgou improcedente a impugnação oferecida pela autuada, para determinar o prosseguimento da exigência tributária constituída pelo Auto de Infração de fls.

17.



MINISTERIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO N° 10950/002.824/92-11

ACÓRDÃO N° 105-10.956

- irresignada, a autuada, interpôs peça recursal às fls. 229/251, ratificando as razões expostas em sua defesa, dentro do prazo legal.

É o relatório.

A handwritten signature consisting of a stylized 'S' at the top, followed by a horizontal line with a small dash, and a large, flowing 'B' at the bottom right.

MINISTERIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO N° 10950/002.824/92-11  
ACÓRDÃO N° 105-10.956

V O T O

CONSELHEIRO AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO, RELATOR.

Recurso tempestivo, dele conheço.

O presente processo é consequente do de nº 10950/002.822/92-96, ao qual neguei provimento ao recurso da contribuinte, procedimento que adoto nestes autos, inclusive quanto a preliminar.

As alegações da contribuinte, no tocante a aplicação da UFIR são inconsistentes, em vista da expressa disposição legal constante do artigo 54 da Lei nº 8.393/91.

Entretanto, quanto à TRD a recorrente em parte possui regras , nos termos da jurisprudência deste Colegiado, pelo que incabível o Cômputo da mesma, com juros de mora, no período de fevereiro a julho de 1991, inclusive.

Pelo exposto, voto no sentido de rejeitar a preliminar e, no mérito, dar provimento parcial ao recurso, para efeito de excluir o cumprimento da TRD, como juros de mora, no período de fevereiro a julho de 1991, inclusive.

É o meu voto.

Sala das Sessões (DF), 03 de dezembro de 1996.

AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO